



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª Câmara Cível

Agravo Legal nº 0097739-10.2009.8.17.0001 (0332036-3)

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: Fernando Antônio Cabral de Mello

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO LEGAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AMEAÇA DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DA UNIDADE CONSUMIDORA - APURAÇÃO UNILATERAL DE DÉBITO DECORRENTE DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO NÃO-FATURADO - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - PERÍCIA TÉCNICA - IPEM/PE, REALIZADO POSTERIORMENTE À VISITA DOS TÉCNICOS DA CELPE, LOGROU ÊXITO EM DEMONSTRAR A OCORRÊNCIA DE FRAUDE, NO ENTANTO NÃO HÁ COMO ATRIBUI-LA AO APELANTE, COBRANDO INDEVIDAMENTE ESTE ATRAVÉS DE ACUSAÇÕES INDEVIDAS POR SUPOSTA FRAUDE, GERANDO UMA SITUAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA. DANOS MORAIS. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO LEGAL À UNANIMIDADE.

1. Destaque-se, ademais, que o processo de aferição da fraude e de constituição da dívida é flagrantemente ilegal, haja vista que não há a participação efetiva do consumidor neste processo administrativo, quando a este é dado o direito unicamente de acompanhar o procedimento, sem direito algum de neste influir.
2. Os Princípios do devido processo legal e do contraditório, que estão expressamente previstos no art. 5º da Constituição Federal, estabelecem a participação efetiva das partes em todos os atos processuais, devendo ser assegurado a estas a possibilidade de influir diretamente no resultado do procedimento.
3. Processo que prevê a participação do acusado sem que lhe seja dado o poder de exercer influência sobre seu resultado, não é processo devido, é sim uma tentativa de burlar o princípio do contraditório, maquiando-se o procedimento para lhe dar um aspecto de legalidade.
4. Desta feita, resta caracterizado que a ora Recorrida agiu de maneira ilegítima, causando-lhe transtornos que superam os aceitáveis ao cotidiano da vida moderna, dando ensejo, assim, à indenização por danos morais.
5. Unanimemente, negou-se provimento ao Recurso de Agravo Legal.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Legal nº 0097739-10.2009.8.17.0001 (0332036-3), em que figura como agravante **Companhia Energética de Pernambuco - CELPE** e como agravado **Fernando Antônio Cabral de Mello**, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 04 de junho de 2014, à unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso de Agravo Legal, nos termos do voto do relator.

Recife, 04 de junho de 2014 (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª Câmara Cível

Agravo Legal nº 0097739-10.2009.8.17.0001 (0332036-3)

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: Fernando Antônio Cabral de Mello

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de Agravo Legal interposto por **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE** em face de decisão terminativa de minha lavra que deu provimento ao apelo anterior apresentado por **Fernando Antônio Cabral de Mello** para declarar a nulidade do débito cobrado pela agravante e condená-la a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Na origem, **Fernando Antônio Cabral de Mello** interpôs APELAÇÃO contra decisão exarada pelo douto Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Capital, que, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Débito com Danos Morais julgou improcedente os pedidos do autor, nos seguintes termos:

“Destarte, o autor deve pagar o valor apurado por consumo não medido em homenagem ao princípio que veda o enriquecimento sem causa, uma vez que efetivamente consumiu a energia que lhe está sendo cobrada, devendo ser julgado improcedente o pedido de declaração de nulidade do Termo de Ocorrência de Irregularidade e, conseqüentemente, de indenização por danos morais, uma vez que o réu agiu no exercício regular de direito (art. 188, I, do Código Civil). Ante o exposto, com fulcro na fundamentação supra, julgo improcedentes os pedidos formulados na petição inicial”.

Insurgiu-se, inicialmente, o Apelante alegando que o débito ora em questão é referente à fraude no medidor de energia elétrica apurada em procedimento irregular e ilícito.

Sustentou que a apelada não usou dos meios legais, imprescindíveis à configuração da suposta irregularidade, como boletim de ocorrência policial, não podendo se valer de acusação unilateral, conforme determina o art. 72, III, da Resolução 456 de 29/11/2000, da ANEEL, que rege o setor elétrico.

Aduziu que a CELPE, através de prática abusiva, persegue cobrança no importe de R\$ 4.750,93 (quatro mil setecentos e cinquenta reais e noventa e três centavos), relativa à consumo presumido complementar, por estimativa, quando no mesmo período discutido, novembro de 2006 a abril de 2008, se encontra com todas as faturas pagas.

Sustentou que o consumo médio de antes da troca do medidor e o consumo médio posterior são semelhantes, não se justificando essa cobrança complementar.

Como transcrito acima, em sede de decisão terminativa, reformei a sentença de 1º grau declarando a nulidade do débito cobrado pela agravante e



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



condenando-a a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

A **CELPE**, nas razões deste presente agravo, insurge-se contra tal decisão aduzindo que o procedimento adotado por ela transcorreu dentro dos limites impostos pela resolução nº 546, de 2000, da ANEEL, além de outros artigos da Lei nº 8.987, de 1995 – Lei das Concessões, motivo pelo qual considera inadmissível perdurar a aludida decisão monocrática combatida.

Sustenta que anular o débito de responsabilidade do agravado vai de encontro ao ordenamento jurídico pátrio, e caracteriza evidentemente enriquecimento sem causa.

Afirma merecer ser afastada a condenação por danos morais, visto que sequer houve qualquer ato coercitivo ou restritivo de direitos por parte da concessionária de energia elétrica, ao passo que cercou-se de todos os cuidados previstos na legislação pertinente ao setor.

É o relatório. Passo a votar.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, passo a analisar o mérito.

Adianto, de logo, que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada. Nesse sentido mantenho a fundamentação do *decisum* exarado por esta Relatoria no julgamento do recurso interposto, senão vejamos:

Compulsando os autos, verifico que a matéria em epígrafe já se encontra pacificada por este Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, que firmou o entendimento quanto à inexistência de débito relativo à fraude em medidor de energia elétrica unilateralmente aferida.

Nesse sentido colaciono os seguintes arestos:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. CONDENÇÃO. VALOR. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APELO IMPROVIDO. Na esteira do que dispõe a Súmula nº 13 do TJPE, a suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento da energia elétrica. Eventual irregularidade deverá ser averiguada em ação própria, não se podendo presumir através de inspeção técnica realizada unilateralmente pelo órgão responsável. Indenização por danos morais fixada em R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais). (Apelação Cível nº 175473-6, TJPE, 5ª Câmara Cível, Relator Leopoldo de Arruda Raposo, Julgado em 15/10/2008)

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C AÇÃO COMINTATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C PEDIDO DELIMINAR INALDITA ALTERA PARES E INDENIZAÇÃO OR DANOS MORAIS - PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO - REFORMA, EM PARTE, DO



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

DECISUM - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DA UNIDADE CONSUMIDORA - APURAÇÃO UNILATERAL DE DÉBITO DECORRENTE DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO NÃO-FATURADO - INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA - INDENIZAÇÃO FIXADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - CABIMENTO - OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - PROVIMENTO PARCIAL DO APELO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 175892-1, TJPE, 6ª Câmara Cível, Relator Eduardo Augusto Paura Peres, Julgado em 17/3/2009)

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RAZÃO DE DÉBITO NÃO COMPROVADO - CONDENAÇÃO INDENIZATÓRIA - APELAÇÃO CÍVEL - DÉBITO UNILATERALMENTE ARBITRADO PELA CONCESSIONÁRIA - SÚMULA 13 TJPE - SUSPENSÃO INDEVIDA - ATO ABUSIVO - RECURSO NÃO PROVIDO- DECISÃO UNÂNIME. A suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento de energia. A alegada irregularidade deveria ser apreciada em ação própria, não devendo resumir-se a uma avaliação unilateral. Súmula 13 deste Tribunal. Recurso não provido à unanimidade. (Apelação Cível nº 156496-7, TJPE, Relator Antônio Fernando de Araújo Martins, 6ª Câmara Cível, 26/3/2009)

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COM INDENIZATÓRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - MANUTENÇÃO DO DECISUM - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DA UNIDADE CONSUMIDORA - APURAÇÃO UNILATERAL DE DÉBITO DECORRENTE DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO NÃO-FATURADO -- INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 175497-6, TJPE, Relator Eduardo Augusto Paura Peres, 6ª Câmara Cível, 5/3/2009)

Ademais, impende ressaltar que a questão ora em apreço foi objeto do enunciado da Súmula nº 13, deste E. Tribunal de Justiça de Pernambuco, que diz:

“É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento do débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude”.

Ressalto mais uma vez, a suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento de energia. A alegada irregularidade deveria ser apreciada em ação própria, não devendo resumir-se a uma avaliação



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

unilateral. Vários são os precedentes jurisprudenciais deste Egrégio Tribunal, senão vejamos: Apelação Cível nº 156496-7, TJPE, Relator Antônio Fernando de Araújo Martins, 6ª Câmara Cível, 26/3/2009, Apelação Cível nº 175473-6, TJPE, 5ª Câmara Cível, Relator Leopoldo de Arruda Raposo, Julgado em 15/10/2008, Apelação Cível nº 175892-1, TJPE, 6ª Câmara Cível, Relator Eduardo Augusto Paurá Peres, Julgado em 17/3/2009.

Observe-se que a CELPE ameaçou, mas não chegou a cortar a energia do apelante porque este Judiciário agiu rápido e, em sede de tutela antecipada à fl. 169, determinou que a empresa demandada se abstivesse de proceder com a suspensão do fornecimento de energia elétrica da residência do autor.

Após análise detida dos autos, percebe-se que a apelada, através do laudo de perícia técnica – IPEM/PE, fls. 222/224, realizado posteriormente à visita dos técnicos da CELPE, logrou êxito em demonstrar a ocorrência de fraude, no entanto não há como atribuí-la ao apelante, cobrando indevidamente este através de acusações indevidas por suposta fraude, gerando uma situação de constrangimento.

Destaque-se, ademais, que o processo de aferição da fraude e de constituição da dívida é flagrantemente ilegal, haja vista que não há a participação efetiva do consumidor neste processo administrativo, quando a este é dado o direito unicamente de acompanhar o procedimento, sem direito algum de neste influir.

Os Princípios do devido processo legal e do contraditório, que estão expressamente previstos no art. 5º da Constituição Federal, estabelecem a participação efetiva das partes em todos os atos processuais, devendo ser assegurado a estas a possibilidade de influir diretamente no resultado do procedimento.

Ora, processo que prevê a participação do acusado sem que lhe seja dado o poder de exercer influência sobre seu resultado, não é processo devido, é sim uma tentativa de burlar o princípio do contraditório, maquiando-se o procedimento para lhe dar um aspecto de legalidade.

Não há como se falar de legitimidade da conduta da concessionária ao cobrar débito fundado em fraude unilateralmente verificada.

Saliente-se que em casos desta natureza incide a teoria do risco do empreendimento, informado pela responsabilidade objetiva, previsto no art. 14, do CDC, incidindo os danos morais também causados pela falta aos deveres de lealdade, transparência e boa-fé que devem nortear as relações de consumo (art. 4º, caput, incisos I, II, “d” e III c/c o art. 6º, inciso IV, CDC), e demonstrados através dos transtornos e aborrecimentos causados pelo descumprimento do contrato.

A situação desenhada nos autos se enquadra no enunciado do artigo 186 do Código Civil, e, por isso, é ato ilícito, provocador de reparação pecuniária através dos critérios compensatórios e sancionatórios, com a finalidade de recompor o abalo sofrido.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

Desta feita, resta caracterizado que a ora Recorrida agiu de maneira ilegítima, causando-lhe transtornos que superam os aceitáveis ao cotidiano da vida moderna, dando ensejo, assim, à indenização por danos morais.

No que toca à fixação do *quantum* indenizatório, destaco que a reparação civil possui caráter compensatório e de desestímulo à conduta ilícita praticada, devendo ser também observadas a intensidade do dano suportado e as condições econômicas do ofensor e do ofendido.

Sendo assim, declaro a nulidade do débito cobrado pela ré e condeno a apelante a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), que deverá ser corrigido a partir do seu arbitramento pela tabela ENCOGE, e acrescido de juros legais de 1% ao mês, contados da citação até a data do efetivo pagamento.

Com essas considerações, não resiste qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão terminativa guerreada tomada por esta Relatoria. Sendo assim, meu voto é pelo improvimento do presente recurso de agravo legal, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado.

É como voto.

Recife, 04 de junho de 2014.


**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator**